

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 09/2026

DATA DE ELABORAÇÃO: 14/05/2026

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, em especial no Art. 18, nos incisos I a XIII do §1º, bem como no Decreto Municipal nº. 872/2024 e suas alterações, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação, servindo de base para a elaboração do termo de referência, projeto básico ou plano de trabalho, os quais somente serão desenvolvidos caso a contratação seja considerada viável.

Com o objetivo de subsidiar adequadamente a elaboração do ETP, é fundamental realizar a análise dos normativos aplicáveis (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais, equipamentos ou serviços a serem contratados, conforme sua natureza. Além disso, é importante examinar contratações anteriores de objeto semelhante, com a finalidade de identificar inconsistências ou falhas ocorridas nas fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, promovendo, assim, o aperfeiçoamento do processo e a mitigação de riscos futuros.

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de empresa de engenharia para a construção de arquibancada e vestiários no **campo do Rospadão** localizada na Rua Hilário Martins Dias, 231, Cidade Aracy, São Carlos/SP.

2 - CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

A classificação do objeto supra verifica que se trata de **obra comum por empreitada integral**, nos termos do Art. 6º, incisos XII e XXX, da Lei Federal nº 14.133/21, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado, indicando objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração Pública pretende adquirir.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de arquibancada e vestiários no Campo do Rospadão, localizado na Rua Hilário Martins Dias, nº 231, Bairro Cidade Aracy, no Município de São Carlos, visando promover a requalificação e ampliação da infraestrutura pública destinada à prática esportiva, recreativa e de integração comunitária.

O Campo do Rospadão constitui importante equipamento público utilizado pela população local para a realização de atividades esportivas, recreativas e sociais, atendendo expressiva demanda de crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes na região do Cidade Aracy e bairros adjacentes. Entretanto, a infraestrutura atualmente disponível mostra-se insuficiente e inadequada para atender, de maneira segura, acessível e eficiente, as necessidades dos usuários, especialmente em razão da ausência de instalações de apoio compatíveis com a utilização contínua do espaço público.

A inexistência de vestiários adequados, sanitários acessíveis, áreas de apoio aos atletas, arbitragem e público, bem como a insuficiência de espaços destinados à acomodação segura dos espectadores, compromete diretamente as condições de uso do equipamento público, limitando a

realização de eventos esportivos, atividades comunitárias e ações de incentivo ao esporte e ao lazer promovidas pela Administração Pública.

A ausência da intervenção pretendida contribui para a precarização da utilização do espaço, reduzindo o conforto, a segurança, a acessibilidade e a funcionalidade do equipamento esportivo, além de dificultar a promoção de políticas públicas voltadas ao esporte, à inclusão social, à convivência comunitária e à ocupação adequada dos espaços públicos urbanos. Tal situação impacta negativamente a qualidade dos serviços públicos ofertados à população, especialmente nas regiões com elevada densidade populacional e maior vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a contratação mostra-se necessária para garantir melhores condições estruturais ao equipamento público, mediante a implantação de arquibancadas, vestiários, sanitários, áreas de apoio, acessibilidade, drenagem, instalações complementares e demais elementos previstos no projeto executivo, proporcionando ambiente adequado ao desenvolvimento de atividades esportivas e sociais, com observância às normas técnicas vigentes, especialmente às relacionadas à acessibilidade, segurança, higiene, salubridade e funcionalidade.

A intervenção pretendida também atende ao interesse público ao promover a valorização do patrimônio público municipal, a ampliação do acesso da população às atividades esportivas e recreativas e o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo para a inclusão social, melhoria da qualidade de vida e incentivo à convivência comunitária.

A contratação encontra respaldo nos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência, interesse público, economicidade e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, constituindo medida necessária e adequada para assegurar a melhoria contínua dos serviços públicos disponibilizados à coletividade.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida é tecnicamente justificável, administrativamente necessária e alinhada às demandas públicas identificadas pela Administração Municipal, sendo indispensável para assegurar a adequada utilização do equipamento esportivo e a melhoria das condições de atendimento à população usuária do Campo do Raspadão.

4 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Está previsto investimento no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Órgão 16 - Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura, através de:

- Emenda Parlamentar - Maurício Neves - Transferência Especial: R\$ 2.487.500,00;

Programa 2060 - Execução e/ou Requalificação de Obras Urbanas e de Edificações (fonte 05 - Repasse Federal)

Ficha Orçamentária Nº 1034 (16.01.15.451.2060.2.095.4.4.90.51.95.8020005)

- Emenda Parlamentar - Paulo Teixeira: R\$ 150.000,00;

Programa 2060 - Execução e/ou Requalificação de Obras Urbanas e de Edificações (fonte 05 - Repasse Federal)

Ficha Orçamentária Nº 1034 (16.01.15.451.2060.2.095.4.4.90.51.95.8020005)

- Emenda Parlamentar - Vicentinho: R\$ 150.000,00;

Programa 2060 - Execução e/ou Requalificação de Obras Urbanas e de Edificações (fonte 05 - Repasse Federal)

Ficha Orçamentária Nº 1034 (16.01.15.451.2060.2.095.4.4.90.51.95.8020005)

- Emenda Parlamentar - Paraná Filho: R\$ 100.000,00;

Programa 2062 - Gestão da Cidade e Infraestrutura (fonte 08 - Emenda Impositiva)

Ficha Orçamentária Nº 533 (16.01.04.122.2062.2.098.3.3.90.39.08.0000000)

- Fundo Municipal de Habitação: R\$ 554.576,84;

Complementação de recursos: Fundo Municipal de Habitação (valor remanescente para fechamento do projeto)

Programa 2094 - Gerenciamento Integrado de Projetos e Obras (fonte 03 - Fundo Municipal de Habitação)

Ficha Orçamentária Nº 931 (16.01.15.451.2060.2.094.4.4.90.51.93.1000003)

5 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para participação no certame, as empresas interessadas deverão apresentar, para efeito de comprovação de sua qualificação técnica, a documentação especificada a seguir:

- a) Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Profissional Competente;
- b) Comprovação de possuir, em seu quadro permanente, profissional(ais) competente(s) detentor(es) de atestado(s) e certidão(ões) de responsabilidade técnica de elaboração de serviço(s) correlato(s) ao de maior relevância;
- c) A(s) certidão(ões) e atestado(s) apresentados deverão conter o nome do contratado e do contratante, a identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço), a localização do serviço e a descrição dos serviços executados;
- d) Somente serão aceitos atestado(s) e certidão(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo Conselho Profissional Competente, da região onde foram executados os serviços:
 - Em nome da empresa, devidamente registrado no referido Conselho, conforme súmula 24 do TCE-SP, que comprove o desempenho técnico-operacional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.
 - Em nome de profissional pertencente ao quadro da empresa, devidamente acervado no referido Conselho, conforme súmula 23 do TCE-SP que comprove o desempenho técnico operacional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dentre as possibilidades de levantamento de mercado descritas no inciso IV do Art. 54 do Decreto Municipal nº 872/2024 que enumera as fontes válidas para a pesquisa de preços, optamos por adotar "As Tabelas de Referência Oficiais" em função da confiabilidade e da disponibilidade (SINAPI, CDHU, SIURB, FDE, etc.). As demais opções não se mostraram viáveis por falta de oferta, como a consulta ao "Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP" e as "Contratações similares da Administração Pública", assim como a "Pesquisa direta com fornecedores" que peca pela morosidade em função do tempo de resposta dos consultados além de apresentar uma confiabilidade duvidosa dos poucos que respondem às pesquisas.

6.1. Identificação do agente pela pesquisa

A pesquisa foi realizada pelo engenheiro civil Dário Nascimento, da empresa SETEE – Serviços Técnicos Especializados Ltda., para elaboração da "Planilha orçamentária" e "Memória de cálculo de quantitativos", com base em critérios de isonomia, adequação técnica e compatibilidade de mercado, garantindo a idoneidade dos valores referências utilizadas. O levantamento ocorreu no mês de março de 2026, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso II, do Decreto Municipal nº 872/2024 e suas alterações.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades dos serviços constantes da Planilha Orçamentária foram apuradas com base nos levantamentos técnicos realizados pela Administração, conforme detalhamento constante no documento denominado "**Memória de Cálculo de Quantitativos**", integrante dos autos do processo administrativo, o qual demonstra os critérios, parâmetros e metodologias utilizados para a composição dos quantitativos estimados necessários à execução integral do objeto.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação, **acompanhada dos preços unitários referenciais**, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, serão disponibilizados no processo eletrônico nº **5.394/2026**.

A estimativa do valor de contratação será obtida através da multiplicação das quantidades estimadas pelos custos unitários obtidos em tabelas oficiais acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Com a elaboração dos documentos técnicos mais detalhados após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar os valores poderão sofrer ajustes, tendo em vista que aqui são apresentados valores estimados em caráter preliminar.

Considerando que o valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.442.076,84** (três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), informa-se que, para o exercício de 2026, a reserva orçamentária contemplará apenas o período correspondente a **04 (quatro)** meses de execução contratual, observada a previsão de início da vigência e o cronograma físico-financeiro do empreendimento.

Dessa forma, o montante a ser reservado para o exercício financeiro de 2026 corresponde a **R\$ 500.389,12** (quinhentos mil, trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos), valor proporcional ao período estimado de execução contratual no referido exercício, em conformidade com os princípios do planejamento orçamentário, da responsabilidade fiscal e da adequada vinculação entre a execução da despesa e a disponibilidade orçamentária da Administração Pública.

9 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa de engenharia especializada para a execução das obras de construção de arquibancada e vestiários no Campo do Raspadão, localizado na Rua Hilário Martins Dias, nº 231, Bairro Cidade Aracy, no Município de São Carlos, contemplando a execução integral dos serviços, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo.

A contratação visa solucionar as deficiências estruturais atualmente verificadas no equipamento público esportivo, especialmente quanto à inexistência de infraestrutura adequada de apoio aos usuários, atletas, arbitragem e público em geral, situação que compromete a funcionalidade, segurança, acessibilidade e qualidade das atividades esportivas e comunitárias desenvolvidas no local.

A intervenção contempla a implantação de infraestrutura esportiva e de apoio composta, dentre outros elementos, por:

- construção de vestiários destinados às equipes e arbitragem;
- implantação de sanitários masculinos, femininos e acessíveis;
- construção de arquibancadas destinadas ao público, com capacidade total para 239 espectadores;
- execução de rampas e dispositivos de acessibilidade;
- implantação de banco de reservas, sala de imprensa, copa, depósito e sala de zeladoria;
- execução de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de drenagem;

- implantação de sistema de águas pluviais;
- adequações de circulação, calçadas e áreas de acesso;
- serviços de paisagismo, urbanização e complementação do espaço esportivo;
- readequação do campo esportivo, mantendo-se as dimensões de 59 metros por 34 metros, com reposicionamento interno dentro da área de implantação;
- e demais intervenções previstas nos projetos executivos.

A solução proposta beneficiará diretamente os usuários do Campo do Raspadão, incluindo atletas amadores, equipes esportivas, crianças, adolescentes, jovens, adultos, espectadores, moradores do Bairro Cidade Aracy e regiões adjacentes, além da própria Administração Pública Municipal, que passará a contar com equipamento esportivo mais adequado, seguro e funcional para a realização de atividades esportivas, recreativas, educacionais e sociais.

A escolha da solução construtiva decorre da necessidade de promover a requalificação completa do espaço esportivo mediante intervenção integrada e tecnicamente compatível com as condições existentes do local, garantindo padronização executiva, eficiência operacional, economicidade e maior durabilidade das estruturas implantadas.

Optou-se pela execução da obra por meio de contratação de empresa especializada em engenharia em razão da complexidade técnica dos serviços envolvidos, da necessidade de compatibilização entre múltiplas disciplinas técnicas, da exigência de responsabilidade técnica especializada e da obrigatoriedade de observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade, segurança estrutural, instalações prediais, drenagem urbana e prevenção de riscos.

A solução prevista apresenta-se como a alternativa mais adequada ao interesse público, considerando que a simples realização de intervenções pontuais ou manutenções isoladas não seria suficiente para atender às necessidades atualmente identificadas pela Administração, tampouco garantiria a funcionalidade integral do equipamento esportivo. A execução de obra completa e planejada proporciona melhores condições de uso, maior vida útil das estruturas, redução de custos futuros de manutenção corretiva e melhoria significativa da qualidade do serviço público disponibilizado à população.

Quanto às exigências relacionadas à manutenção, a futura contratada deverá executar os serviços observando rigorosamente os projetos executivos, especificações técnicas, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações pertinentes, garantindo qualidade, segurança, desempenho, durabilidade e plena funcionalidade das estruturas executadas. Os materiais empregados deverão possuir padrão de qualidade compatível com a finalidade pública da contratação, visando minimizar a necessidade de manutenções corretivas precoces e assegurar maior eficiência na conservação do patrimônio público.

A solução também contempla a observância às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação, eficiência administrativa, economicidade, desenvolvimento sustentável, segurança jurídica e atendimento ao interesse público, estando fundamentada em estudos técnicos e projetos previamente elaborados pela Administração.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida se mostra adequada sob o aspecto técnico, vantajosa sob a ótica administrativa e econômica, e plenamente compatível com os requisitos legais e normativos aplicáveis às contratações públicas, constituindo medida necessária para a melhoria da infraestrutura esportiva municipal e para o adequado atendimento das demandas coletivas relacionadas ao esporte, lazer e inclusão social.

10 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A Lei 14.133/2021 estabelece que, como regra geral, os serviços devem ser parcelados quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No entanto, existem situações em que o parcelamento não é possível ou recomendável. No caso de obras e serviços de engenharia, o parcelamento não é viável por diversos motivos, como:

- As obras são interdependentes e o parcelamento dificultaria ou impossibilitaria a execução das obras como um todo.
- As obras requerem a atuação de um único responsável técnico e o parcelamento dificultaria ou impossibilitaria a atuação desse responsável técnico.
- O parcelamento aumentaria os custos da contratação, pois exigiria a contratação de mais empresas e a realização de mais etapas de licitação.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Até o momento, não foram realizadas contratações semelhantes a esta no âmbito desta Administração Pública.

12 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação de empresa de engenharia para a construção arquibancada e vestiários no **campo do Raspadão** localizada na Rua Hilário Martins Dias, 231, Cidade Aracy, São Carlos/SP, foi identificada durante o levantamento das metas e objetivos previstos para o ano de 2026 e foi devidamente apontado no PCA (Plano de Contratações Anual), de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa de engenharia para a construção de arquibancada e vestiários no Campo do Raspadão, localizado na Rua Hilário Martins Dias, nº 231, Bairro Cidade Aracy, no Município de São Carlos, tem como objetivo promover a requalificação da infraestrutura esportiva pública, proporcionando melhores condições de segurança, acessibilidade, funcionalidade e conforto aos usuários do equipamento público.

Com a execução das obras, pretende-se disponibilizar à população estrutura adequada para a prática esportiva e realização de atividades comunitárias, mediante a implantação de arquibancada com capacidade para 239 espectadores, vestiários, sanitários acessíveis, áreas de apoio, drenagem e demais estruturas complementares previstas no projeto executivo, garantindo melhores condições operacionais e de atendimento ao público.

A contratação proporcionará benefícios diretos relacionados à melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados, ampliação da capacidade de utilização do espaço esportivo e fortalecimento das políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social, especialmente para os moradores do Bairro Cidade Aracy e regiões adjacentes.

Sob o aspecto administrativo, a solução permitirá melhor aproveitamento dos recursos públicos, mediante execução integrada e planejada da obra, reduzindo custos futuros com manutenções corretivas, otimizando a fiscalização contratual e garantindo maior durabilidade e eficiência das estruturas implantadas.

A intervenção também contribuirá para a valorização do patrimônio público municipal, melhoria da infraestrutura urbana local e ampliação do acesso da população a espaços públicos adequados, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências administrativas e operacionais necessárias à regularidade do procedimento e à adequada execução do objeto compreendem, inicialmente, a submissão do Estudo Técnico Preliminar à autoridade competente, para fins de autorização formal do processo licitatório, em conformidade com o fluxo interno da Secretaria Municipal de Justiça.

Prevê-se, ainda, a designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, assegurando-se, quando necessário, a capacitação específica para o adequado acompanhamento da execução contratual. Complementarmente, serão adotadas as providências administrativas internas pertinentes, incluindo a juntada da solicitação de compra, mapa de cotação, quando couber, a atualização e organização dos documentos processuais, a emissão de parecer jurídico, quando aplicável, e a prévia análise da Controladoria, se exigida pelas normas e procedimentos internos da Administração.

15 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Os impactos ambientais são limitados a destinação dos entulhos gerados na obra, que deverá ser de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

16 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Conclui-se que a contratação de empresa de engenharia para a construção de arquibancada e vestiários no **campo do Raspidão** localizada na Rua Hilário Martins Dias, 231, Cidade Aracy, São Carlos/SP, é **tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente viável**.

Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar demonstra a conformidade da contratação com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, estando o processo apto a prosseguir para as fases subsequentes.

17 - APÊNDICES

Este documento possui apêndices anexos.

18- RESPONSÁVEIS

Fabio Januário Gonçalves dos Santos
Diretor do Departamento de Contratações do Eixo Urbanístico
Responsável pela Elaboração

Luiz Joaquim de Alencar Júnior
Engenheiro Civil - SMGCI
Responsável Técnico

Leonardo Lázaro Silva
Secretário Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura
Ordenador de Despesas

APÊNDICE A – Análise dos riscos

A.1. Mapa de risco (Art. 18, inciso X da Lei Federal nº 14.133/21)

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de arquibancada e vestiários no **campo do Raspadão** localizada na Rua Hilário Martins Dias, 231, Cidade Aracy, São Carlos/SP.

Risco	Dano/Consequência	Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Classificação (P x I)	Ação Preventiva	Ação de Contingência (se o risco ocorrer)
Incompatibilidade entre projetos e planilhas	Retrabalho, aditivos e atraso da obra	3	4	Alto	Compatibilização técnica prévia dos projetos	Revisão técnica e adequação documental
Levantamento inadequado de quantitativos	Insuficiência orçamentária e necessidade de aditivos	3	4	Alto	Conferência técnica da planilha orçamentária e memória de cálculo	Revisão quantitativa e adequação contratual
Definição inadequada do escopo	Execução insuficiente ou incompatível com a demanda pública	2	4	Médio	Elaboração detalhada do ETP, memorial e projetos	Ajustes técnicos e readequação do escopo
Orçamento estimado defasado	Desequilíbrio econômico-financeiro da contratação	3	3	Médio	Utilização de tabelas oficiais atualizadas	Revisão contratual conforme legislação
Falhas no cronograma físico-financeiro	Atrasos na execução e desembolso inadequado de recursos	2	3	Médio	Planejamento compatível com a complexidade da obra	Reprogramação das etapas executivas
Atraso na execução da obra	Descumprimento do cronograma e atraso na entrega do equipamento	4	4	Alto	Fiscalização contínua e acompanhamento do cronograma	Aplicação de penalidades e reprogramação da obra
Execução em desacordo com o projeto	Comprometimento da qualidade e funcionalidade da obra	3	5	Alto	Fiscalização técnica permanente	Correção/refazimento dos serviços
Utilização de materiais inadequados	Redução da durabilidade e aumento de manutenção futura	3	4	Alto	Controle tecnológico e conferência dos materiais	Substituição dos materiais irregulares
Condições climáticas desfavoráveis	Paralisações e atraso dos serviços	4	3	Alto	Planejamento das atividades conforme sazonalidade	Ajuste do cronograma físico

Acidentes de trabalho	Paralisações, responsabilizações e riscos aos trabalhadores	2	5	Alto	Exigência de cumprimento das normas de segurança	Interrupção das irregularidades e adequação imediata
Falhas no sistema de drenagem	Alagamentos e comprometimento da infraestrutura	2	4	Médio	Fiscalização da execução hidráulica e drenagem	Correções técnicas complementares
Interferências em redes existentes	Danos à infraestrutura pública e atrasos	2	3	Médio	Levantamento prévio das interferências	Reparação e adequação da execução
Fiscalização insuficiente do contrato	Falhas executivas não identificadas	3	4	Alto	Designação formal de gestor e fiscal qualificados	Intensificação da fiscalização e registros técnicos
Medições executadas incorretamente	Pagamentos indevidos ou divergências contratuais	2	4	Médio	Conferência técnica das medições	Revisão das medições e glosa de valores
Descumprimento de obrigações trabalhistas	Responsabilização subsidiária da Administração	2	4	Médio	Fiscalização documental periódica	Retenção de pagamentos e exigência de regularização
Falhas no recebimento da obra	Recebimento de serviços com vícios construtivos	2	5	Alto	Vistoria técnica detalhada antes do recebimento	Exigência de correções antes do aceite definitivo
Ausência de documentação técnica final	Dificuldade de manutenção e controle patrimonial	2	3	Médio	Exigir entrega de documentação “as built” e ARTs	Regularização documental antes do encerramento contratual

A matriz de riscos demonstra que os principais eventos capazes de impactar a contratação estão relacionados às fases de planejamento, execução e fiscalização da obra, especialmente quanto a atrasos na execução, incompatibilidades técnicas, falhas construtivas e insuficiência de controle contratual.

Os riscos identificados possuem relação direta com a complexidade técnica do objeto e podem comprometer o cronograma, a qualidade da obra, o equilíbrio contratual e a adequada prestação do serviço público caso não sejam devidamente gerenciados.

Verifica-se, contudo, que os riscos apontados são plenamente administráveis mediante adoção de medidas preventivas, fiscalização técnica contínua, compatibilização prévia dos projetos, controle das medições e acompanhamento sistemático da execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade técnica e operacional, desde que observadas as medidas de mitigação e controle previstas, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas orientações do TCESP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal de Justiça

Departamento de Contratações do Eixo Urbanístico

"São Carlos, Capital da Tecnologia"

MATRIZ DE RISCO

IMPACTO	Muito alto	5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto	4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Médio	3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Baixo	2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto	Alto
	Muito baixo	1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio
			1	2	3	4	5	
			Improvável	Pouco provável	Provável	Muito provável	Altamente provável	
			PROBABILIDADE					